

Instrução: As questões 01 a 04 referem-se ao texto abaixo.

Texto 01

- 01 — Você pensou bem no que vai fazer, Paulo?
 02 — Pensei. Já estou decidido. Agora não volto atrás.
 03 — Olhe lá, hein, rapaz...
 04 Paulo está ao mesmo tempo comovido e surpreso com os três amigos. Assim que souberam do seu
 05 divórcio iminente, correram para visitá-lo no hotel. A solidariedade lhe faz bem. Mas não entende aquela
 06 insistência deles em dissuadi-lo. Afinal, todos sabiam que ele não andava muito contente com seu
 07 relacionamento.
 08 — Pense um pouco mais, Paulo. Reflita. Essas decisões súbitas...
 09 — Mas que súbitas? Estamos praticamente separados há um ano!
 10 — Dê outra chance ao seu casamento, Paulo.
 11 — A Margarida é uma ótima mulher.
 12 — Espera um pouquinho. Você mesmo deixou de frequentar nossa casa por causa da Margarida, depois
 13 que ela chamou vocês de bêbados e quase expulsou todo mundo.
 14 — E fez muito bem. Nós estávamos bêbados e tínhamos que ser expulsos.
 15 — Outra coisa, Paulo. O divórcio. Sei lá.
 16 — Eu não entendo mais nada. Você sempre defendeu o divórcio!
 17 — É. Mas quando acontece com um amigo...
 18 — Olha, Paulo. Eu não sou moralista. Mas acho a família uma coisa importantíssima. Acho que a família
 19 merece qualquer sacrifício.
 20 — Pense nas crianças, Paulo. No trauma.
 21 — Mas nós não temos filhos!
 22 — Nos filhos dos outros, então. No mau exemplo.
 23 — Mas isto é um absurdo! Vocês estão falando como se fosse o fim do mundo. Hoje, o divórcio é uma
 24 coisa comum. Não vai mudar nada.
 25 — Como, não muda nada?
 26 — Muda tudo!
 27 — Você não sabe o que está dizendo, Paulo! Muda tudo.
 28 — Muda o quê?
 29 — Bom, pra começar, você não vai poder mais frequentar as nossas casas.
 30 — As mulheres não vão tolerar.
 31 — Você se transformará num pária social, Paulo.
 32 — Como é que é?!
 33 — Fora de brincadeira. Um reprobado.
 34 — Puxa. Eu nunca pensei que vocês...
 35 — Pense bem, Paulo. Dê tempo ao tempo.
 36 — Deixe pra decidir depois. Passado o verão.
 37 — Reflita, Paulo. É uma decisão seriíssima. Deixe para mais tarde.
 38 — Está bem. Se vocês insistem...
 39 Na saída, os três amigos conversam:
 40 — Será que ele se convenceu?
 41 — Acho que sim. Pelo menos vai adiar.
 42 — E no “solteiros contra casados” da praia, neste ano, ainda teremos ele no gol.
 43 — Também, a ideia dele. Largar o gol dos casados logo agora. Em cima da hora. Quando não dava mais
 44 para arranjar substituto.
 45 — Os casados nunca terão um goleiro como ele.
 46 — Se insistirmos bastante, ele desiste definitivamente do divórcio.
 47 — Vai aguentar a Margarida pelo resto da vida.
 48 — Pelo time dos casados, qualquer sacrifício serve.
 49 — Me diz uma coisa. Como divorciado, ele podia jogar no time dos solteiros?
 50 — Podia.
 51 — Impensável.
 52 — É.
 53 — Outra coisa.
 54 — Fala.
 55 — Não é reprobado. É réprobo. Acento no “e”.
 56 — Mas funcionou, não funcionou?

Adaptado de VERISSIMO, Luis Fernando. “Os Moralistas”. Disponível em www.releituras.com/lfverissimo_moralistas.asp.
 Acessado em 12 de novembro de 2014.

QUESTÃO 01 – Assinale a alternativa que apresenta sinônimos para as palavras **iminente** (linha 05), **pária** (linha 31) e **réprobo** (linha 55), respectivamente, tal como foram empregadas no texto.

- A) inesperado – excluído – insensível.
- B) impensado – exilado – reprovado.
- C) impendente – excluído – infame.
- D) próximo – mau exemplo – retrógrado.
- E) rápido – expulso – solteirão.

QUESTÃO 02 – Assinale a alternativa que apresenta uma versão modificada da frase **Você mesmo deixou de frequentar nossa casa por causa da Margarida, depois que ela chamou vocês de bêbados e quase expulsou todo mundo** (linhas 12-13), sem alteração significativa de sentido dos termos e de suas funções sintáticas.

- A) Mesmo você deixou de frequentar nossa casa por causa da Margarida, depois que ela chamou vocês de bêbados e quase expulsou todo mundo.
- B) Até você deixou de frequentar nossa casa por causa da Margarida, depois que ela chamou vocês de bêbados e expulsou quase todo mundo.
- C) Você até deixou de frequentar nossa casa por causa da Margarida, depois que ela chamou vocês de bêbados e quase expulsou todo mundo.
- D) Depois que a Margarida chamou vocês de bêbados e quase expulsou todo mundo, você próprio deixou de frequentar nossa casa por causa dela.
- E) Depois que a Margarida chamou vocês de bêbados e expulsou todo mundo, você mesmo quase deixou de frequentar nossa casa por causa dela.

QUESTÃO 03 – Assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas nas afirmações a seguir:

- () A palavra **decidido** (linha 02) está sendo empregada como adjetivo.
- () A palavra **absurdo** (linha 23) está sendo empregada como adjetivo.
- () A palavra **bem** (linha 35) está sendo usada como um substantivo.
- () A palavra **ano** (linha 42) está sendo usada como advérbio.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) F – F – V – V.
- B) F – V – V – V.
- C) V – F – F – F.
- D) V – V – V – F.
- E) V – F – F – V.

QUESTÃO 04 – Assinale a alternativa que apresenta a versão INCORRETA de uma das falas dos amigos de Paulo, caso estivesse escrita em discurso indireto.

- A) O amigo de Paulo perguntou a ele se ele tinha pensado bem no que iria fazer (linha 01).
- B) O amigo de Paulo pediu para que Paulo desse outra chance ao seu casamento (linha 10).
- C) O amigo de Paulo disse que Margarida era uma ótima mulher (linha 11).
- D) O amigo de Paulo disse que os casados nunca teriam um goleiro como ele (linha 45).
- E) O amigo de Paulo disse que se insistirmos bastante, ele desiste definitivamente do divórcio (linha 46).

Instrução: As questões 05 a 12 referem-se ao texto abaixo.

Texto 02

01 Qual a situação política se defrontava Jango com a retomada do regime
02 presidencialista, com o fim do parlamentarismo em 1963? O fundamental é que a política de compromisso
03 se tornava cada vez mais difícil. De cada extremo do espectro, grupos radicais insistiam em soluções
04 antidemocráticas, compartilhando a crença de que cada um estava em condições de ganhar mais com o
05 desmoronamento da democracia.

06 À direita, o grupo mais importante era o dos antigetulistas tradicionais. Chocados pela súbita
07 renúncia de Jânio em 1961, mas impossibilitados de impedir a posse de Jango, caíram num desespero que
08 lembrava seu mal-estar após a eleição de Juscelino em 1955. Estavam, no entanto, melhor organizados e
09 mais decididos. As manobras populistas de Jango, em 1962, para obter a antecipação do plebiscito sobre o
10 regime de governo de que estavam tratando com o mesmo Jango renúncia os
11 coronéis forçaram em 1954. Em princípios de 1962, começaram a conspirar para derrubar o presidente.
12 Entre seus líderes militares estavam o marechal Odílio Denys e o almirante Sílvio Heck, ex-ministros de
13 Jânio. O principal chefe civil era Júlio de Mesquita Filho, proprietário do influente jornal *O Estado de S.*
14 *Paulo*.

15 Os radicais anti-Jango dispunham de uma conhecida reserva de doutrinas antidemocráticas. Como
16 em 1950 e em 1955, alegavam que não se podia confiar no eleitorado brasileiro. Somente sob uma
17 cuidadosa tutela poderia ser impedido de cair nas malhas de políticos “demagógicos” novamente. A
18 moralidade e o anticomunismo eram suas palavras de ordem. Contavam, ainda, com o apoio de um bem
19 financiado movimento de homens de negócio paulistas, que tinha como centro o Instituto de Pesquisas e
20 Estudos Sociais (IPES), fundado em 1961.

21 À esquerda, os radicalizantes tentavam capitalizar qualquer crise política fim de provocar uma
22 abrupta transferência de poder. Seu propósito era influenciar a opinião pública, até o ponto em que os
23 árbitros estabelecidos do poder fossem desacreditados ou vencidos. A esquerda radical incluía grupos
24 operários como o Pacto Sindical de Unidade de Ação (PUA) e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT),
25 e organizações populares como as Ligas Camponesas e a União Nacional de Estudantes (UNE). O Partido
26 Comunista Brasileiro trabalhava para forçar um governo mais “nacionalista e democrático”, dentro da
27 estrutura existente. O líder político mais preeminente da esquerda radical era Leonel Brizola, agora
28 deputado federal pelo PTB da Guanabara. Brizola era dado ao uso de linguagem violenta contra os inimigos;
29 frequentemente ameaçava recorrer à ação extraparlamentar – por exemplo, incentivar greves generalizadas,
30 como na crise de 1962 – para obter concessões do Congresso. É importante notar aqui a ênfase nos
31 métodos diretos para combater “golpistas”, “entreguistas” e “reacionários”. Nenhum desses grupos de
32 esquerda era francamente revolucionário por volta de fins de 1962; mas todos tinham sérias dúvidas quanto
33 possibilidade de satisfazer seus desejos de mudanças radicais dentro da estrutura constitucional
34 existente.

35 A despeito do crescimento da opinião extremista, em princípios de 1963 a maioria dos brasileiros
36 ainda se encontrava no centro. Pró-democráticos, preferiam uma economia mista que utilizasse o capital
37 estrangeiro sob cuidadoso controle nacional. A opinião do centro aceitava ampliar o sistema político, mas
38 somente com cautela. Sua base social era primordialmente liberal, mas também reconhecia a necessidade
39 da industrialização, conquanto resistisse qualquer ideologia definida com relação ao processo de
40 industrialização. Contudo, estes pontos-de-vista cautelosos não eram claramente formulados, e na verdade
41 continham seu próprio espectro de opinião — desde a “esquerda positiva” até os “industrialistas
42 esclarecidos”.

Adaptado de: Thomas Skidmore, “O Espectro Político e os Extremistas”, in *Brasil: de Getúlio a Castelo*, 4ª ed., trad. coord. por I. T. Dantas, p.273-279. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

QUESTÃO 05 – Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, a lacuna da linha 01, bem como a primeira e a segunda lacunas da linha 10.

- A) que – convencera-os – a cuja
- B) com que – convenceram-nos – cuja
- C) que – convenceram-nos – cuja
- D) com que – convencera-os – cuja
- E) com que – convenceram-nos – a cuja

QUESTÃO 06 – Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas das linhas 21, 33 e 39.

- A) à – a – à
- B) a – à – à
- C) à – à – a
- D) a – à – a
- E) à – à – à

QUESTÃO 07 – Assinale a alternativa que contém um acontecimento histórico que NÃO ocorreu no período de 1962-1963, segundo o texto.

- A) Manobras de Jango para obter a aprovação do plebiscito sobre o regime de governo.
- B) Ação extraparlamentar da esquerda radical para obter concessões do Congresso.
- C) Retorno do regime presidencialista de governo.
- D) Obtenção da renúncia de Jango por parte de militares.
- E) Início da conspiração de direita cujo objetivo era a derrubada de Jango da presidência.

QUESTÃO 08 – Assinale a alternativa que está de acordo com o texto.

- A) Quando acontece a retomada do regime presidencialista, Jango passa a enfrentar dificuldades porque grupos radicais exigem medidas antidemocráticas em troca de apoio no Congresso.
- B) Embora já esperassem pela renúncia de Jango e estivessem melhor preparados, os radicais antigetulistas não conseguiram impedir a posse de Jango em 1961 porque estavam indecisos.
- C) Os radicais de direita que planejavam derrubar Jango eram liderados por ex-ministros militares e por lideranças civis que incluíam gente ligada à imprensa nacional bem como parlamentares com muita influência no Congresso.
- D) O propósito dos radicais de esquerda era influenciar a opinião pública e desacreditar os árbitros estabelecidos do poder, buscando criar condições para desencadear um processo revolucionário.
- E) Em princípios de 1963, a maioria dos brasileiros tinha uma posição de centro, a favor da democracia e da economia mista sob controle do estado, e, ainda que cautelosamente, admitia alterações no sistema político vigente.

QUESTÃO 09 – As alternativas abaixo apresentam relações de referência entre um elemento anafórico e aquilo a que se refere no texto. Qual alternativa contém a relação correta?

- A) sujeito oculto de **começaram a conspirar** (l.11) – coronéis (l.11)
- B) sujeito oculto de **poderia ser impedido** (l.17) – sujeito de **não se podia confiar** (l.16)
- C) **suas** (l.18) – políticos “demagógicos” (l.17)
- D) **sua** (l.38) – sistema político (l.37)
- E) **seu próprio** (l.41) – pontos de vista cautelosos (l.40)

QUESTÃO 10 – As alternativas abaixo apresentam substituições para os segmentos **cada um estava** (l.04), **não se podia** (l.16) e **conquanto resistisse** (l.39), respectivamente. Assinale a alternativa que contém as substituições adequadas ao sentido do texto.

- A) todos os lados estavam – não era possível – mesmo resistindo
- B) seu próprio lado estava – não podiam – até mesmo resistindo
- C) seu próprio lado estava – não era possível – mesmo resistindo
- D) todos os lados estavam – não podiam – mesmo resistindo
- E) seu próprio lado estava – não podiam – até mesmo resistindo

QUESTÃO 11 – Considere as seguintes propostas de alteração de períodos do texto (com os devidos ajustes de maiúsculas e minúsculas):

- I. Substituição de **compartilhando** (l.04) por **pois compartilhavam**.
- II. Substituição do ponto da linha 22 por ponto e vírgula, seguido de **por isso** e vírgula.
- III. Inserção de **Embora** imediatamente antes de **Nenhum** (l.31); substituição de **era** (l.32) por **fosse**; substituição do ponto e vírgula (l.32) por vírgula; e eliminação de **mas** (l.32).

Quais propostas são corretas e NÃO alteram o significado original do texto?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas I e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 12 – Assinale a alternativa que contém um adjetivo cuja eliminação NÃO é possível no texto, pois alteraria as relações entre referentes designados pelos substantivos do trecho correspondente.

- A) **súbita** (l.06)
- B) **civil** (l.13)
- C) **influyente** (l.13)
- D) **sérias** (l.32)
- E) **cuidadoso** (l.37)

Instrução: As questões 13 a 20 referem-se ao texto abaixo.

Texto 03

01 O trem que naquela tarde de dezembro de 1909 trazia de volta a Santa Fé o dr. Rodrigo Terra
02 Cambará passava agora, apitando, pela frente do cemitério da cidade. Com a cabeça para fora da janela, o
03 rapaz olhava para aqueles velhos paredões, imaginando, entre emocionado e divertido, que os mortos, toda
04 vez que ouviam o apito da locomotiva, corriam a espiar o trem por cima dos muros do cemitério. Imaginava
05 que ali estavam sua mãe, o capitão Rodrigo, a velha Bibiana, outros parentes e amigos. Sorriam, e era-lhe
06 agradável pensar que o saudavam: “Bem-vindo sejas, Rodrigo! Temos esperanças em ti!” Havia apenas um
07 que não sorria. Era o Tito Chaves, que Rodrigo vira pela última vez estendido sem vida no barro da rua, na
08 frente do Sobrado, o peito ensanguentado, os olhos vidrados. Corria à boca miúda que fora o coronel
09 Trindade quem o mandara matar por questões de política, mas ninguém tinha coragem de dizer isso em voz
10 alta. E agora ali estava Tito encarapitado no muro do cemitério, a bradar: “Vai e me vingá, Rodrigo. És moço,
11 és culto, tens coragem e ideais! Em Santa Fé todo o mundo tem medo do coronel Trindade. Não há mais
12 justiça. Não há mais liberdade. Vai e me vingá!”

13 O trem ainda apitava tremulamente, como se estivesse chorando. Mas quem, enternecido,
14 chorava de verdade era Rodrigo. As lágrimas lhe escorriam pelo rosto, a que a poeira dava uma cor de tijolo.
15 Maneco Vieira tocou-..... o braço. “Que foi que houve, moço?”, perguntou, com um jeito protetor. Rodrigo
16 levou o lenço aos olhos, dissimulando: “Esta maldita poeira...”

17 No vagão agora os passageiros começavam a arrumar suas coisas, erguiam-se, baixavam as
18 malas dos gabaritos, numa alegria alvoroçada de fim de viagem. Rodrigo foi até o lavatório, tirou o chapéu,
19 lavou o rosto, enxugou-..... com o lenço e por fim penteou-se com esmero. Observou, contrariado, que
20 tinha os olhos injetados, o que lhe dava um ar de bêbedo ou libertino. Não queria logo de chegada causar
21 má impressão aos que o esperavam. Piscou muitas vezes, revirou os olhos, umedeceu o lenço e tornou a
22 passá-lo pelo rosto. Pôs a língua para fora e ficou-se por algum tempo a examiná-la. Ajeitou a gravata,
23 tornou a botar o chapéu, recuou um passo, lançou um olhar demorado para o espelho e, satisfeito, voltou
24 para seu lugar. Maneco Vieira sorriu, dizendo-lhe: “Enfim chegamos, com a graça de Deus... e do
25 maquinista.”

26 O trem diminuiu a marcha ao entrar nos subúrbios de Santa Fé. Rodrigo sentou-se de novo junto à
27 janela e logo viu, surpreso, os casebres miseráveis do Purgatório e suas tortuosas ruas de terra vermelha.
28 Aqueles ranchos de madeira apodrecida, cobertos de palha; aquela mistura desordenada e sórdida de
29 molambos, panelas, gaiolas, gamelas, lixo; aquela confusão de cercas de taquara, becos, barrancos e
30 quintais bravios – lembraram-..... uma fotografia do reduto de Canudos que vira estampada numa revista.
31 Na frente de algumas das choupanas viam-se mulheres – chinocas brancas, pretas, mulatas, cafuzas – a
32 acenar para o trem; muitas delas tinham um filho pequeno nos braços e outro no ventre. Crianças seminuas
33 e sujas brincavam na terra no meio de galinhas, cachorros e ossos de rês. Lá embaixo, no fundo dum
34 barranco, corria o riacho, a cuja beira uma cabocla batia roupa numa tábua, com o vestido arregaçado acima
35 dos joelhos. Em todas as caras Rodrigo vislumbrava algo de terroso e doentio, uma lividez encardida que a
36 luz meridiana tornava ainda mais acentuada. “Quanta miséria!”, murmurou desolado.

Adaptado de: Érico Veríssimo, *O Tempo e o Vento, Parte II: o Retrato, vol. I*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p.92-93.

QUESTÃO 13 – Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas das linhas 15, 19 e 30.

- A) lhe – o – lhe
- B) lhe – lhe – no
- C) lhe – o – no
- D) o – o – lhe
- E) o – lhe – no

QUESTÃO 14 – Considere as afirmações abaixo, acerca dos estados e características de alma do personagem Rodrigo Cambará, tal como se apresentam no texto.

- I. Quando chega a Santa Fé, e o trem passa pelo cemitério, está alegre e fica comovido.
- II. É homem que possui autoestima, mas preocupa-se com o que se possa pensar dele.
- III. Quando o trem passa pelos subúrbios de Santa Fé, fica abalado e triste.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 15 – Considere as seguintes afirmações, relativas a propostas de alteração no texto:

- I. A substituição de **dava** (l.14) por **cobria com** não exigiria qualquer outra alteração no mesmo período.
- II. A substituição de **o que** (l.20) pelo pronome **que** exigiria a alteração do pronome **lhe** para **lhes** no mesmo período.
- III. A substituição de **a cuja beira** (l.34) por **à beira do qual** não exigiria qualquer outra alteração no mesmo período.

Quais afirmações são corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

QUESTÃO 16 – Considere o trecho abaixo, extraído e adaptado das linhas 06 a 09, e sua conversão temporal tendo o presente como referência.

Havia apenas um que não sorria. Era o Tito Chaves, o moço que Rodrigo vira estendido sem vida no barro da rua, na frente do Sobrado. Corria à boca miúda que o coronel Trindade o mandara matar por questões de política.

Há apenas um que não sorri. o Tito Chaves, o moço que Rodrigo estendido sem vida no barro da rua, na frente do Sobrado. à boca miúda que o coronel Trindade o matar por questões de política.

Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas do trecho acima, conservando a ordem temporal das ações.

- A) É – vira – Corria – mandara
- B) É – viu – Corre – mandou
- C) É – viu – Corre – mandara
- D) Foi – vira – Corria – mandara
- E) Foi – vira – Corria – mandou

QUESTÃO 17 – As alternativas abaixo apresentam substituições para as palavras **vidrados** (l.08), **encarapitado** (l.10) e **sórdida** (l.28), respectivamente. Assinale a alternativa que contém as substituições mais adequadas para elas no texto.

- A) sem brilho – empoleirado – imunda
- B) fixo – encolhido – imunda
- C) sem brilho – encolhido – torpe
- D) fixo – encolhido – torpe
- E) sem brilho – empoleirado – torpe

QUESTÃO 18 – Considere as propostas abaixo de alteração de sinais de pontuação do texto (com os devidos ajustes de maiúsculas e minúsculas):

- I. Substituição do ponto final da linha 19 por ponto e vírgula seguido da conjunção **mas**.
- II. Substituição do ponto final da linha 21 por vírgula, com introdução da conjunção **Como** antes de **Não queria** (l.20).
- III. Substituição do segundo ponto final da linha 22 por dois-pontos.

Quais propostas são corretas e preservam o sentido do texto?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 19 – Considere o seguinte período, extraído e adaptado das linhas 10 a 11:

E agora lá estava Tito a bradar: “Vai e me vinga, Rodrigo. És moço, tens coragem e ideais!”

Qual das alternativas completa a frase abaixo, convertendo adequadamente o período para o discurso indireto?

E então lá estava Tito a bradar para Rodrigo...

- A) que vá e o vingue; que seja moço, tenha coragem e ideais.
- B) que vá e o vingue; que é moço, tem coragem e ideais.
- C) que vá e o vingue; que era moço, tinha coragem e ideais.
- D) que fosse e o vingasse; que era moço, tinha coragem e ideais.
- E) que fosse e o vingasse; que fosse moço, tivesse coragem e ideais.

QUESTÃO 20 – Associe a Coluna 1 à Coluna 2 de acordo com a função que as ocorrências do pronome *lhe* possuem no texto:

Coluna 1

1. Objeto indireto de verbo.
2. Complemento nominal de adjetivo.
3. Pronome com valor possessivo.

Coluna 2

- () *lhe* (l.05)
- () *lhe* (l.14)
- () *lhe* (l.20)
- () *lhe* (l.24)

Assinale alternativa que preenche, correta e respectivamente, os parênteses, de cima para baixo:

- A) 2 – 2 – 3 – 1.
- B) 2 – 3 – 2 – 2.
- C) 2 – 3 – 1 – 1.
- D) 1 – 2 – 2 – 3.
- E) 1 – 2 – 3 – 2.

DISCIPLINAS JURÍDICAS

QUESTÃO 21 – É promulgada Emenda à Constituição alterando a técnica de repartição de competências entre os entes federados, com a finalidade de instituir poderes remanescentes ou residuais à União e poderes enumerados aos Estados. Essa proposta:

- A) Não é passível de controle da constitucionalidade, pois a Emenda à Constituição tem hierarquia constitucional.
- B) É passível de controle da constitucionalidade, ao violar a forma federativa de Estado, pois concentra poderes na União.
- C) Não é passível de controle da constitucionalidade, pois a União é hierarquicamente superior aos Estados, estando em consonância com a forma federativa de Estado.
- D) É passível de controle da constitucionalidade apenas se contemplar vício de natureza formal, pois o Poder Constituinte Derivado pode alterar a forma federativa de Estado.
- E) Não é passível de controle da constitucionalidade, pois objetiva a descentralização política do poder do Estado no plano geográfico espacial.

QUESTÃO 22 – A respeito da cláusula de abertura constitucional consagrada no artigo 5º, § 2º, da Constituição Federal de 1988, e considerando a hierarquia dos tratados internacionais, sustenta a atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal - STF que:

- A) Os tratados internacionais, independentemente de seu objeto, têm paridade hierárquica com a lei federal por serem juridicamente vinculantes.
- B) Os tratados internacionais têm hierarquia inferior à lei federal por serem promulgados por decreto presidencial.
- C) Os tratados internacionais têm hierarquia supraconstitucional por serem expressão do *jus cogens* internacional.
- D) Os tratados internacionais, independentemente de seu objeto, têm hierarquia constitucional por expandirem o “bloco de constitucionalidade”.
- E) Os tratados internacionais de proteção dos direitos humanos têm hierarquia superior à legalidade ordinária, permitindo o controle de convencionalidade das leis.

QUESTÃO 23 – No que se refere à ação popular e à ação civil pública, a Constituição Federal de 1988:

- A) Equiparou o objeto da ação popular ao objeto da ação civil pública, visando à proteção de todo e qualquer direito difuso e coletivo.
- B) Ampliou o objeto da ação popular para também tutelar a moralidade administrativa, o meio ambiente e o patrimônio histórico e cultural, estendendo ainda o objeto da ação civil pública para a proteção de todo e qualquer direito difuso ou coletivo.
- C) Ampliou o objeto da ação popular para também tutelar a moralidade administrativa, o meio ambiente e o patrimônio histórico e cultural, restringindo o objeto da ação civil pública para atos de improbidade administrativa.
- D) Manteve o objeto da ação popular e o objeto da ação civil pública para a proteção exclusiva do patrimônio público e social.
- E) Ampliou o objeto da ação civil pública para também tutelar a moralidade administrativa, o meio ambiente e o patrimônio histórico e cultural, estendendo ainda o objeto da ação popular para a proteção de todo e qualquer direito difuso ou coletivo.

QUESTÃO 24 – No que tange à legitimidade ativa para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade, a Constituição Federal de 1988:

- A) Expandiu o rol dos legitimados para agir, antes restrito apenas ao Procurador-Geral da República, atribuindo a todos os entes do artigo 103, incisos I a IX, legitimação ativa universal, conforme jurisprudência do STF.
- B) Manteve a legitimação ativa exclusivamente ao Procurador-Geral da República, que atua na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, tendo legitimação ativa universal, conforme jurisprudência do STF.
- C) Manteve a legitimação ativa exclusivamente ao Procurador-Geral da República, que, por provocação do Conselho Federal da OAB, de partido político com representação no Congresso Nacional e de confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional, atua na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, tendo legitimação ativa universal, conforme jurisprudência do STF.
- D) Expandiu o rol dos legitimados para agir, antes restrito apenas ao Procurador-Geral da República, atribuindo ao Conselho Federal da OAB e a partido político com representação no Congresso Nacional legitimação ativa universal, conforme jurisprudência do STF.
- E) Expandiu o rol dos legitimados para agir, antes restrito exclusivamente ao Procurador-Geral da República, demandando do Conselho Federal da OAB e de partido político com representação no Congresso Nacional a comprovação de pertinência temática para a propositura da ação, conforme jurisprudência do STF.

QUESTÃO 25 – Ao julgar a ação direta de inconstitucionalidade em que se questionava a (in)constitucionalidade de lei determinando a fixação de cotas raciais em Universidades e ao julgar a ação declaratória de constitucionalidade em que se questionava a (in)constitucionalidade da Lei Maria da Penha, o STF acolheu

- A) uma concepção material de igualdade, com o reconhecimento de identidades específicas, realizando o papel do Judiciário na promoção do princípio da dignidade humana.
- B) uma concepção material de igualdade, com o reconhecimento de identidades específicas, afastando a discriminação direta.
- C) uma concepção material de igualdade, com o reconhecimento de que todos são iguais perante a lei, com base no ativismo judicial, em afronta ao princípio da separação dos poderes.
- D) uma concepção formal de igualdade, com o reconhecimento da vedação a toda e qualquer forma de discriminação, salvo a hipótese de discriminação indireta.
- E) uma concepção formal de igualdade, com o reconhecimento de identidades específicas, com base no ativismo judicial, em afronta ao princípio da separação dos poderes.

QUESTÃO 26 – Ao tratar do alcance da liberdade de expressão em relação ao chamado “discurso do ódio” (*hate speech*), o STF sustentou que:

- A) O direito à liberdade de expressão é um direito relativo, objeto de ponderação, à luz dos princípios da dignidade humana, proporcionalidade e razoabilidade, não podendo acolher a incitação ao ódio racial ou religioso.
- B) O direito à liberdade de expressão é insuscetível de ponderação, em decorrência do regime democrático.
- C) O direito à liberdade de expressão é insuscetível de ponderação, em decorrência da cláusula pétrea relativa a direitos e garantias individuais.
- D) O direito à liberdade de expressão é insuscetível de ponderação, salvo nas hipóteses de estado de sítio e estado de defesa.
- E) O direito à liberdade de expressão é um direito relativo, objeto de ponderação, à luz dos princípios da dignidade humana, proporcionalidade e razoabilidade, sendo admissível a incitação ao ódio, na hipótese de emergência pública.

QUESTÃO 27 – Nas deliberações parlamentares, o voto secreto era previsto

- A) nas hipóteses de cassação de mandato parlamentar e de apreciação de veto presidencial, sendo abolido apenas na última hipótese pela Emenda Constitucional nº 76/2013, em consonância com o princípio da separação dos poderes.
- B) nas hipóteses de cassação de mandato parlamentar e de apreciação de veto presidencial, sendo abolido apenas na primeira hipótese pela Emenda Constitucional nº 76/2013, em consonância com o princípio da separação dos poderes.
- C) apenas na hipótese de cassação de mandato parlamentar, sendo abolido pela Emenda Constitucional nº 76/2013, em consonância com os princípios da transparência e moralidade.
- D) apenas na hipótese de apreciação de veto presidencial, sendo abolido pela Emenda Constitucional nº 76/2013, em consonância com os princípios da transparência e moralidade.
- E) nas hipóteses de cassação de mandato parlamentar e de apreciação de veto presidencial, sendo abolido em ambas as hipóteses pela Emenda Constitucional nº 76/2013, em consonância com os princípios da transparência e moralidade.

QUESTÃO 28 – No que se refere ao mandado de injunção, previsto no artigo 5º, inciso LXXI, da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que a jurisprudência do STF:

- A) Sempre adotou a corrente não concretista, equiparando sua finalidade à da ação de inconstitucionalidade por omissão.
- B) Inicialmente adotou a corrente não concretista, equiparando sua finalidade à da ação de inconstitucionalidade por omissão, transitando em 2007 para a corrente concretista com efeitos gerais.
- C) Inicialmente adotou a corrente concretista com efeitos gerais, equiparando sua finalidade à da ação de inconstitucionalidade por omissão, transitando em 2007 para a corrente não concretista.
- D) Inicialmente adotou a corrente concretista particular, transitando em 2007 para a corrente não concretista, equiparando sua finalidade à da ação de inconstitucionalidade por omissão.
- E) Sempre adotou a corrente concretista, no sentido de tornar viável o exercício de direitos e liberdades inviabilizados por faltar norma regulamentadora.

QUESTÃO 29 – O movimento do constitucionalismo surgiu

- A) no final do século XVIII, com a elaboração das primeiras constituições escritas, com o objetivo de assegurar direitos e coibir o arbítrio, mediante a separação dos poderes.
- B) no início do século XX, com a emergência das constituições sociais, com o objetivo de assegurar a igualdade social, em face do flagelo da 1ª Guerra Mundial.
- C) em meados do século XX, com a emergência do pós-positivismo, com o objetivo de assegurar o princípio da dignidade humana e a proteção de direitos.
- D) no final do século XX, com a emergência das constituições pós-sociais, com o objetivo de reduzir o alcance do Estado, em nome do princípio da eficiência.
- E) no final do século XVII, com a elaboração das primeiras constituições escritas, com o objetivo de assegurar liberdades e coibir o arbítrio, mediante a cláusula federativa.

QUESTÃO 30 – É promulgada Emenda à Constituição abolindo a garantia do *habeas data*, sob o argumento de que a Lei nº 12.527/11 já estaria a proteger o direito constitucional de acesso às informações públicas. Essa Emenda é:

- A) Constitucional, porque a Lei nº 12.527/11 ampliou o alcance do direito à informação.
- B) Inconstitucional, porque apenas nas hipóteses de estado de sítio ou de estado de defesa tal supressão seria admissível.
- C) Constitucional, porque tem hierarquia constitucional, sendo insuscetível de controle de constitucionalidade.
- D) Inconstitucional, porque apenas na hipótese de intervenção federal tal supressão seria admissível.
- E) Inconstitucional, porque viola a cláusula pétreia atinente aos direitos e garantias individuais.

QUESTÃO 31 – A Constituição do Estado “X” estabelece a possibilidade de o Governador do Estado adotar medida provisória, em caso de relevância e urgência. Tal previsão é:

- A) Constitucional, porque o Poder Constituinte Derivado Decorrente autoriza o Estado a legislar plenamente para atender as suas peculiaridades.
- B) Constitucional, porque o Poder Constituinte Derivado Reformador autoriza o Estado a legislar concorrentemente, dotando-lhe de competência suplementar e supletiva.
- C) Inconstitucional, porque apenas o Presidente da República tem legitimidade ativa para a sua adoção, sendo este o atual entendimento jurisprudencial do STF.
- D) Constitucional, porque o Poder Constituinte Derivado Decorrente confere ao Estado capacidade de auto-organização, mediante a qual rege-se pela constituição e leis que adotar, observados os princípios da Constituição Federal.
- E) Inconstitucional, porque a adoção de medidas provisórias pelo Governador do Estado está condicionada exclusivamente à hipótese de federalização de graves violações a direitos humanos.

QUESTÃO 32 – O princípio da laicidade estatal:

- A) Veda ao Estado que estabeleça cultos religiosos ou igrejas, de forma a subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles relações de dependência ou aliança, ressalvada a colaboração de interesse público.
- B) Veda ao Estado que estabeleça cultos religiosos ou igrejas, de forma a subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles relações de dependência ou aliança, exceto no que se refere às religiões nacionalmente majoritárias, em observância ao regime democrático e à regra da maioria.
- C) Veda ao Estado que estabeleça cultos religiosos ou igrejas, de forma a subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles relações de dependência ou aliança, exceto no que se refere às religiões nacionalmente minoritárias, em observância ao princípio republicano e aos direitos das minorias.
- D) Veda ao Estado que estabeleça cultos religiosos ou igrejas, de forma a subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles relações de dependência ou aliança, exceto no que se refere às religiões nacionalmente majoritárias, em observância ao princípio republicano e à prevalência do interesse público.
- E) Veda ao Estado que estabeleça cultos religiosos ou igrejas, de forma a subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles relações de dependência ou aliança, exceto no que se refere às religiões nacionalmente minoritárias, em observância ao regime democrático e à prevalência do interesse público.

QUESTÃO 33 – A condenação por ato de improbidade administrativa:

- A) Importará na suspensão dos direitos políticos, na perda da função pública, na indisponibilidade dos bens e no ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível, inexistindo foro privilegiado.
- B) Dependerá de sentença criminal transitada em julgado, com observância ao foro privilegiado de autoridades e ex-autoridades públicas.
- C) Importará na suspensão dos direitos políticos, na perda da função pública, na indisponibilidade dos bens e no ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, com prejuízo da ação penal cabível, inexistindo foro privilegiado.
- D) Dependerá de sentença criminal transitada em julgado, com observância ao foro privilegiado de autoridades públicas em efetivo exercício do cargo.
- E) Importará na suspensão dos direitos políticos, na perda da função pública, na indisponibilidade dos bens e no ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, com prejuízo da ação penal cabível, observando-se o foro privilegiado de autoridades públicas em efetivo exercício do cargo.

QUESTÃO 34 – Analise as seguintes assertivas acerca da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul:

- I. A nomeação dos seus dirigentes tem como etapas prévias a indicação do Governador do Estado e a aprovação pela Assembleia Legislativa.
- II. Embora nomeados para o cumprimento de um mandato previsto em lei, tal circunstância, segundo o STF, não impede a livre exoneração dos dirigentes da Agência antes do termo final, por decisão da Assembleia Legislativa.
- III. Segundo o STF, a exonerabilidade *ad nutum* dos dirigentes da Agência pelo Governador é incompatível com a sua nomeação a termo.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 35 – Assinale a alternativa correta.

- A) De acordo com o Código Civil, são bens públicos aqueles pertencentes às pessoas jurídicas integrantes da Administração Pública.
- B) Os bens públicos de uso comum, de uso especial e dominicais são insuscetíveis de alienação.
- C) Os bens pertencentes às empresas estatais prestadoras de serviços públicos em regime de exclusividade são impenhoráveis, se a lei assim determinar.
- D) Os bens públicos podem ser adquiridos por usucapião urbano, desde que não estejam afetados a serviço público.
- E) Os bens públicos imóveis podem ser gravados com hipoteca, desde que em garantia de dívidas da Fazenda Pública com credores públicos.

QUESTÃO 36 – Assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A imissão provisória na posse do imóvel sujeito à ação de desapropriação não viola a regra da indenização prévia, justa e em dinheiro.
- B) A desapropriação sem pagamento de indenização se limita às glebas em que localizado o cultivo de plantas psicotrópicas ilegais ou verificada a utilização de trabalho escravo.
- C) Na desapropriação amigável, empreendida em sede administrativa, o pagamento da indenização se dá por meio de precatório.
- D) São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária os imóveis rurais produtivos e aqueles, pequenos e médios, que sejam os únicos imóveis do proprietário.
- E) A limitação da discussão, nas ações de desapropriação, a questões processuais e ao valor da indenização, não impede que outras questões sejam deduzidas em ação própria.

QUESTÃO 37 – Analise as assertivas abaixo:

- I. Em razão do princípio da proteção da confiança legítima, um ato administrativo eivado de ilegalidade poderá ser mantido, considerada a boa-fé do administrado, a legitimidade da expectativa induzida pelo comportamento estatal e a irreversibilidade da situação gerada.
- II. Salvo comprovada má-fé, o direito de a Administração Pública Federal anular seus próprios atos que geraram benefícios a terceiros caduca em 5 (cinco) anos.
- III. De acordo com a Lei do Processo Administrativo Federal, é vedado à Administração Pública aplicar retroativamente nova interpretação de um dispositivo legal.

Quais estão corretas?

- A) Apenas II.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 38 – Nos contratos administrativos, o fato do príncipe

- A) enseja reequilíbrio econômico-financeiro do contrato somente quando originário do mesmo ente federativo contratante.
- B) enseja indenização ao contratado por meio de providência adotada ao final do contrato.
- C) enseja reequilíbrio econômico-financeiro do contrato por meio de providência concomitante ou adotada logo em seguida a sua ocorrência.
- D) não enseja direito à indenização em virtude da validade jurídica da medida adotada.
- E) não enseja direito à indenização ou reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, tendo em vista que não existe direito adquirido oponível a atos futuros do Poder Público.

QUESTÃO 39 – De acordo com a Lei do Processo Administrativo Federal, é correto afirmar que:

- A) A *reformatio in pejus* é vedada nos processos administrativos em geral.
- B) A *reformatio in pejus* é permitida nas revisões de processos administrativos sancionadores.
- C) A *reformatio in pejus* é permitida desde que respeitado o contraditório, não sendo admitida nas revisões de processos administrativos sancionadores.
- D) A *reformatio in pejus* é admitida em razão do princípio da supremacia do interesse público.
- E) A *reformatio in pejus* é admitida em razão do princípio da autotutela administrativa, independentemente da matéria envolvida.

QUESTÃO 40 – Assinale a alternativa INCORRETA.

- A) As empresas públicas e sociedades de economia mista são criadas pelo registro de seus atos constitutivos na Junta Comercial, desde que haja autorização dada em lei específica.
- B) A criação de subsidiárias de empresas estatais depende de autorização legislativa específica, a cada nova pessoa jurídica a ser criada.
- C) As empresas públicas podem ser sociedades unipessoais, pertencendo seu capital social a uma única pessoa jurídica de direito público.
- D) As sociedades de economia mista são sempre sociedades anônimas, sujeitas a normas legais especiais.
- E) As empresas públicas e as sociedades de economia mista não estão sujeitas à lei de falências e recuperação judicial.

QUESTÃO 41 – Sobre o regime jurídico das licitações, assinale a alternativa correta.

- A) A licitação tem por objetivos selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, respeitar o princípio da isonomia e promover o desenvolvimento nacional sustentável.
- B) As modalidades de licitação podem ser combinadas ou fundidas, conforme critérios discricionários da Administração Pública.
- C) O pregão é a modalidade de licitação destinada à contratação de bens e serviços de pequeno valor, nos termos da lei.
- D) O concurso é a modalidade de licitação destinada à seleção de servidores públicos.
- E) O leilão é a modalidade de licitação destinada à venda de ações de empresas estatais em bolsa de valores.

QUESTÃO 42 – Sobre o poder de polícia, assinale a alternativa correta.

- A) O poder de polícia é um poder discricionário por natureza, destinado à defesa da segurança nacional.
- B) A licença é um ato de consentimento administrativo plenamente vinculado por meio do qual se faculta ao particular o exercício de uma atividade.
- C) O poder de polícia consiste na imposição de restrições, condicionamentos e conformações a direitos individuais, mas não a imposição de deveres aos particulares.
- D) O exercício do poder de polícia configura fato gerador do tributo denominado contribuição social.
- E) A delegação de atos de polícia administrativa a particulares é, em regra, admitida no Direito brasileiro.

QUESTÃO 43 – Assinale a alternativa correta.

- A) As limitações administrativas são restrições à propriedade de caráter geral que, como regra, geram o dever de indenizar o proprietário.
- B) As servidões administrativas são restrições à propriedade de caráter concreto, podendo gerar o dever de indenizar o proprietário em caso de dano comprovado.
- C) Nos tombamentos que resultam em esvaziamento do conteúdo econômico do direito de propriedade, a jurisprudência não reconhece o dever de indenizar o proprietário, pois não há transferência do bem ao Estado.
- D) As requisições de bens fungíveis se equiparam às desapropriações no que se refere ao requisito da prévia e justa indenização em dinheiro.
- E) Os imóveis expropriados já definitivamente incorporados ao domínio público, ainda quando afetados a um serviço público, podem ser objeto de reivindicação.

QUESTÃO 44 – Assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A absolvição do servidor público na esfera penal, por falta de provas, não impede a sua punição, em sede administrativa, pelos mesmos fatos.
- B) A condenação do servidor público na esfera penal vincula a Administração Pública, quanto à autoria e à materialidade dos fatos, para fins de aplicação da sanção administrativa.
- C) A absolvição do servidor público, por atipicidade do fato, não impede a sua punição, em sede administrativa, pelo mesmo fato.
- D) A absolvição do servidor público, por estar provado que o réu não concorreu para a infração penal, não impede a sua punição, em sede administrativa, pelo mesmo fato.
- E) Pela falta residual, não compreendida na sentença absolutória criminal, é admissível a punição administrativa do servidor público.

QUESTÃO 45 – De acordo com a Lei nº 12.846/13, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, é correto afirmar que:

- A) A responsabilidade administrativa e civil das pessoas jurídicas por atos lesivos à Administração Pública é sempre subjetiva.
- B) Os dirigentes ou administradores só serão responsabilizados na medida da sua culpabilidade.
- C) A existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades, e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica, excluem a sua responsabilidade nos âmbitos civil e administrativo.
- D) Dentre as sanções aplicáveis pela Administração Pública às pessoas jurídicas estão a suspensão ou interdição parcial de suas atividades, e a sua dissolução compulsória.
- E) As infrações nela previstas são imprescritíveis.

QUESTÃO 46 – Sobre as parcerias público-privadas, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A concessão patrocinada é uma concessão de serviços públicos e/ou obras públicas em que, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, há uma contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
- B) As concessões administrativas regem-se pela Lei nº 11.079/04, aplicando-se-lhes, adicionalmente, todas as disposições da Lei nº 8.987/95.
- C) Os contratos de parceria público-privada têm como uma de suas características a repartição objetiva dos riscos entre as partes.
- D) Os contratos de parceria público-privada têm prazo de vigência não inferior a 5 (cinco) anos e não superior a 35 (trinta e cinco) anos, incluindo eventual prorrogação.
- E) O Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas tem natureza privada, sendo penhoráveis os bens de seu patrimônio.

QUESTÃO 47 – Quanto aos princípios da legalidade e da anterioridade tributária, analise as assertivas abaixo:

- I. O princípio da legalidade tributária aplica-se a todos os tributos, mas se admite a alteração da alíquota de certos impostos federais, de caráter extrafiscal, desde que sejam atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei.
- II. Reserva absoluta de lei tributária designa a exigência de que a Administração Tributária se pautar rigorosamente pelos ditames legais, não adotando condutas contrárias à legislação tributária.
- III. A anterioridade de exercício e a nonagesimal são aplicáveis a todos os tributos, de forma cumulativa, excetuadas hipóteses previstas taxativamente no texto constitucional.
- IV. Majoração de alíquota do ICMS, determinada por lei publicada em 1º de novembro de um ano, pode ser aplicada em 1º de janeiro do ano subsequente.

Após a análise, pode-se dizer que:

- A) Está correta apenas a assertiva I.
- B) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- C) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- D) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 48 – Quanto às imunidades tributárias, analise as assertivas abaixo:

- I. Segundo a doutrina e a jurisprudência majoritárias, quando a Constituição da República diz que certas entidades são “isentas” e determina que tributos “não incidam” sobre certos fatos ou pessoas, o que está a fazer não é consagrar isenções e não incidências, mas verdadeiras imunidades.
- II. Os Estados são imunes frente a contribuições previdenciárias, dada a imunidade tributária recíproca.
- III. Segundo a jurisprudência do STF, as imunidades não se aplicam às entidades destinatárias quando estas sejam contribuintes de fato, mas não de direito.
- IV. A imunidade das entidades beneficentes de assistência social deve, segundo a jurisprudência do STF, ser regulamentada inteiramente por lei complementar, por força do art. 146, inciso II, da Constituição Federal de 1988, visto se tratar de regulamentação de limitação constitucional ao poder de tributar.

Após a análise, pode-se dizer que:

- A) Está correta apenas a assertiva I.
- B) Está correta apenas a assertiva III.
- C) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- D) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- E) Está incorreta apenas a assertiva IV.

QUESTÃO 49 – Quanto à regulamentação constitucional do ICMS, analise as assertivas abaixo:

- I. As alíquotas das operações interestaduais são fixadas pelo Senado Federal, por resolução.
- II. Salvo determinação em contrário da legislação, a isenção, na operação de venda, acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores.
- III. Consoante a dicção constitucional, o ICMS terá de ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços.
- IV. As exportações são imunes e acarretam a anulação do crédito relativo às operações anteriores, salvo determinação em contrário da legislação.

Após a análise, pode-se dizer que:

- A) Está correta apenas a assertiva I.
- B) Está correta apenas a assertiva II.
- C) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- D) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
- E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 50 – Quanto à responsabilidade tributária, analise as assertivas abaixo:

- I. A infração ao dever legal de recolher tempestivamente os tributos enseja a responsabilização pessoal dos sócios-gerentes.
- II. A dissolução irregular da empresa enseja a responsabilização pessoal daqueles que, no momento da dissolução, atuavam efetivamente na condição de sócios-gerentes.
- III. Em alienação de estabelecimento comercial ocorrida em processo de falência, o adquirente responde pelos tributos, relativos ao estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato, de forma integral ou subsidiária, se for parente em linha reta do devedor falido.
- IV. O adquirente é pessoalmente responsável pelos tributos relativos aos bens adquiridos.

Após a análise, pode-se dizer que:

- A) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- B) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- C) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- D) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
- E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 51 – Quanto à decadência e à prescrição tributárias, analise as assertivas abaixo:

- I. O direito de pleitear a restituição do indébito extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados da data do pagamento, ressalvada a hipótese de reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.
- II. O parcelamento do débito tributário implica a interrupção da prescrição da pretensão fazendária à sua cobrança.
- III. A ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição prescreve em 5 (cinco) anos.
- IV. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício material, o lançamento anteriormente efetuado.

Após a análise, pode-se dizer que:

- A) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- B) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
- C) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
- D) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
- E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 52 – Quanto às garantias e privilégios do crédito tributário, analise as assertivas abaixo:

- I. A totalidade dos bens e das rendas do sujeito passivo responde pelo pagamento do crédito tributário, inclusive os bens gravados por ônus real e declarados, pela lei civil, relativa e absolutamente impenhoráveis.
- II. Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, desde o momento em que o contribuinte é notificado do lançamento de ofício.
- III. O crédito tributário prefere a qualquer outro, ressalvados apenas os decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente do trabalho.
- IV. Na falência, o crédito tributário não prefere aos créditos hipotecários, se não for ultrapassado o valor do bem gravado.

Após a análise, pode-se dizer que:

- A) Está correta apenas a assertiva I.
- B) Está correta apenas a assertiva II.
- C) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- D) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 53 – Quanto ao ITCD, analise as assertivas abaixo, considerando o entendimento jurisprudencial:

- I. Pode ser progressivo.
- II. Sua alíquota máxima, fixada pelo Senado Federal, é de 8%.
- III. É cobrado, no Estado do Rio Grande do Sul, com base nas alíquotas de 3% e 4%, aplicáveis, respectivamente, para a sucessão *causa mortis* e para as doações.
- IV. Calcula-se sobre o saldo credor da promessa de compra e venda de imóvel, no momento da abertura da sucessão do promitente vendedor.

Após a análise, pode-se dizer que:

- A) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- B) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- C) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- D) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
- E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 54 – Quanto ao entendimento jurisprudencial em matéria tributária, assinale a alternativa correta.

- A) Proposta ação anulatória pela Fazenda Estadual, esta fará jus à expedição da certidão positiva com efeitos de negativa apenas naquelas hipóteses em que a expedição seria cabível se a ação fosse ajuizada pelo contribuinte.
- B) Declarado e não pago o tributo, é legítima a recusa de expedição da certidão negativa de débito, independentemente de lançamento de ofício ou de inscrição em dívida ativa.
- C) A fiança bancária é equiparável ao depósito integral do débito exequendo para fins de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, nos termos do art. 151, do CTN.
- D) A sentença declaratória que reconhece o direito do contribuinte à compensação tributária não constitui título executivo para a repetição do indébito.
- E) É cabível a cobrança de crédito tributário constituído por documento de confissão de dívida tributária, mesmo que o documento tenha sido assinado após a ocorrência da decadência.

QUESTÃO 55 – Quanto ao entendimento jurisprudencial em matéria tributária, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Nota fiscal declarada inidônea não autoriza o aproveitamento dos créditos de ICMS, mesmo que o comerciante esteja de boa-fé e demonstre a veracidade da compra e venda.
- B) A reunião de execuções fiscais contra o mesmo devedor constitui faculdade do Juiz.
- C) Os descontos incondicionais nas operações mercantis não se incluem na base de cálculo do ICMS.
- D) O ICMS incide sobre o valor da venda a prazo constante da nota fiscal.
- E) Em execução fiscal, a prescrição ocorrida antes da propositura da ação pode ser decretada de ofício.

QUESTÃO 56 – Quanto à receita pública, analise as assertivas abaixo:

- I. É vedada a vinculação de receita de impostos e taxas a órgão, fundo ou despesa.
- II. Receita pública derivada é aquela advinda da gestão patrimonial do Poder Público e da prestação de serviços públicos.
- III. À luz da definição legal, os recursos angariados com operações de crédito não constituem receita, por terem correspondência no passivo.
- IV. A definição de renúncia de receita trazida pela Lei de Responsabilidade Fiscal compreende as isenções em caráter geral e específico.

Após a análise, pode-se dizer que:

- A) Está correta apenas a assertiva I.
- B) Está correta apenas a assertiva II.
- C) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- D) Todas as assertivas estão corretas.
- E) Todas as assertivas estão incorretas.

QUESTÃO 57 – Quanto à regulação constitucional das finanças públicas, analise as assertivas abaixo:

- I. As disponibilidades de caixa dos Estados e das empresas por eles controladas serão depositadas em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.
- II. É permitida a vinculação de receitas do ICMS para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta.
- III. É vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.
- IV. Não se admite a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.

Após a análise, pode-se dizer que:

- A) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- B) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- C) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- D) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
- E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 58 – À luz do entendimento do STF, quanto à Lei de Responsabilidade Fiscal, analise as assertivas abaixo:

- I. Para a adequação da despesa total com pessoal aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, a redução das despesas com cargos em comissão e funções de confiança, prevista no art. 169, § 3º, inciso I, da Constituição da República, pode ser alcançada pela redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária.
- II. A despesa total com pessoal, em cada Estado da Federação, não poderá exceder 60% da receita corrente líquida.
- III. Além do limite da despesa total com pessoal, devem ser observados limites específicos, fixados para cada um dos Poderes e para o Ministério Público.
- IV. A vedação de provimento de cargo público aplica-se apenas quando a despesa total com pessoal exceder a 100% do limite.

Após a análise, pode-se dizer que:

- A) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- B) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- C) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- D) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
- E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 59 – Quanto à dívida pública e às operações de crédito, analise as assertivas abaixo:

- I. Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- II. A dívida pública consolidada ou fundada abrange as obrigações financeiras para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses.
- III. Instituição financeira controlada pelo Estado não pode conceder-lhe empréstimo e adquirir, no mercado, títulos da dívida pública para atender investimento de seus clientes.
- IV. A instituição financeira que contratar operações de crédito com Estado da Federação deverá exigir comprovação de que a operação atende às condições e aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, exceto quando relativa à dívida mobiliária ou à externa.

Após a análise, pode-se dizer que:

- A) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- B) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- C) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
- D) Todas as assertivas estão corretas.
- E) Todas as assertivas estão incorretas.

QUESTÃO 60 – A respeito do princípio do contraditório no processo civil, é INCORRETO afirmar que:

- A) O contraditório consiste em uma garantia de efetiva participação das partes no desenvolvimento de todo o litígio, mediante a possibilidade de influírem, em igualdade de condições, no convencimento do magistrado, contribuindo na descrição dos fatos, na produção de provas e no debate das questões de direito.
- B) O contraditório não é necessário apenas para a prolação da sentença de mérito, devendo ser observado ao longo de todo o procedimento, relativamente a todas as questões, sejam de rito ou de mérito.
- C) O contraditório guarda estreita relação com o princípio da isonomia, exatamente porque as partes devem dispor da possibilidade de expor suas versões, apresentar suas defesas e participar, enfim, do processo em idênticas oportunidades.
- D) O juiz também é sujeito do contraditório, devendo submeter a debate entre as partes as questões jurídicas, aí incluídas as matérias que ele há de apreciar de ofício.
- E) Em razão das máximas *iura novit curia* e *da mihi factum dabo tibi ius*, constitui tarefa privativa do juiz a aplicação do direito, independentemente da sua arguição pelas partes, cabendo a estas últimas apenas a alegação dos fatos. Quer isso dizer que o contraditório somente alcança as questões de fato, não sendo necessário para as questões de direito.

QUESTÃO 61 – De acordo com o art. 87, do Código de Processo Civil, “*determina-se a competência no momento em que a ação é proposta. São irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente ...*”. Tal regra, conhecida como *perpetuatio jurisdictionis*, contém algumas exceções. A respeito dessas exceções, assinale a alternativa correta.

- A) Havendo a supressão de órgão judiciário, somente os novos processos é que devem ser processados e julgados no juízo que assumiu a competência. Determinada a supressão do órgão, já não se pode mais propor ali demandas judiciais. O órgão judiciário ainda se mantém existente, entretanto, até o encerramento dos processos em curso, com a prolação de sentença em todos eles. A partir daí, há, de fato, sua supressão.
- B) Não se aplica a *perpetuatio jurisdictionis* quando for alterada a competência em razão da matéria ou da hierarquia.
- C) Proposta demanda no juízo estadual, quando este exerça competência federal, opera-se a *perpetuatio jurisdictionis*. A superveniente instalação de vara federal não afasta a aplicação da *perpetuatio jurisdictionis*, devendo os processos que ali tramitavam manter-se lá até final julgamento.
- D) Alterado o domicílio do réu em uma ação pessoal, a competência é modificada, com a remessa dos autos ao novo foro competente.
- E) A criação de uma vara de fazenda pública não altera a competência do juízo cível que, na comarca, processava e julgava as causas envolvendo o Estado e os Municípios.

QUESTÃO 62 – As pessoas jurídicas de direito público gozam de prerrogativas em juízo, entre as quais se destaca a dos prazos diferenciados, nos termos do art. 188, do Código de Processo Civil. Sobre os prazos diferenciados da Fazenda Pública em juízo, assinale a alternativa correta.

- A) As pessoas jurídicas de direito público, tanto no procedimento ordinário como no sumário, dispõem de prazo em quádruplo para contestar e prazo em dobro para recorrer.
- B) O prazo previsto no art. 526, do CPC, relativo à apresentação de petição ao juiz da causa, informando-lhe da interposição do agravo de instrumento, é contado em dobro quando o recorrente for uma pessoa jurídica de direito público.
- C) O prazo para apresentação pela Fazenda Pública de contrarrazões a um recurso é contado em dobro.
- D) Segundo entendimento do STF e do STJ, a regra do art. 188, do CPC, aplica-se ao prazo de resposta para a ação rescisória.
- E) De acordo com o entendimento do STF e do STJ, no incidente de suspensão de segurança ou de liminar, reconhece-se a prerrogativa da contagem de prazo em dobro para interpor agravo interno da decisão do presidente do tribunal que indefere o pedido do Poder Público.

QUESTÃO 63 – A respeito das condições da ação, analise as assertivas abaixo:

- I. O exame das condições da ação deve sempre considerar as provas produzidas no processo.
- II. A possibilidade jurídica do pedido é uma das condições da ação. O pedido não é impossível juridicamente quando o ordenamento jurídico não o proíbe de forma expressa.
- III. Tem prevalecido na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que a aferição das condições da ação deve ocorrer *in status assertionis*, ou seja, à luz das afirmações do demandante.
- IV. A teoria da asserção é compatível com a necessidade de o juiz levar em conta fatos supervenientes no processo, de modo que, não havendo o preenchimento das condições da ação no momento da propositura da demanda, pode-se deixar de extinguir o processo sem resolução do mérito, caso sobrevenha tal preenchimento no curso do processo.

Após a análise, pode-se dizer que:

- A) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- B) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- C) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- D) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 64 – A Lei nº 11.419/06 dispõe sobre a informatização do processo judicial e o uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais. Sobre esse assunto, analise as seguintes assertivas:

- I. No processo eletrônico, todas as citações, intimações e notificações, inclusive da Fazenda Pública, serão feitas por meio eletrônico.
- II. A arguição de falsidade do documento original será processada eletronicamente na forma da lei processual em vigor.
- III. Considera-se realizada a intimação no dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se nos autos a sua realização.
- IV. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida na Lei nº 11.419/06, são considerados originais para todos os efeitos legais.

Após a análise, pode-se dizer que:

- A) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- B) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
- C) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- D) Todas as assertivas estão corretas.
- E) Todas as assertivas estão incorretas.

QUESTÃO 65 – A Reclamação Constitucional é fruto de construção jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal, com fundamento na teoria dos poderes implícitos, cujo objetivo primordial é proteger a ordem jurídico-constitucional. Atualmente, encontra-se prevista na Constituição Federal de 1988, nos artigos 102, inciso I, alínea *l*, e 105, inciso I, alínea *f*, e seu procedimento disciplinado na Lei nº 8.038/90. Sobre a reclamação constitucional, assinale a alternativa correta.

- A) A reclamação constitucional, na condição de típico sucedâneo da ação rescisória, pode ser ajuizada contra decisão transitada em julgado, principalmente contra decisão que afrontou competência absoluta do STF ou STJ, desde que seja respeitado o prazo decadencial de 2 (dois) anos.
- B) É cabível reclamação constitucional, com fundamento na preservação da competência, contra ato judicial comissivo ou omissivo, que impeça que o STF ou STJ exerça sua competência.
- C) De acordo com orientação firmada pelo STF e pelo STJ, é cabível reclamação constitucional dirigida ao STJ contra sentença proferida por juiz de juizado especial cível, que contrariar entendimento pacífico na jurisprudência do STJ.
- D) Em virtude do objetivo maior de proteção da ordem jurídico-constitucional, mediante preservação da competência e garantia da autoridade das decisões do STF e STJ, é permitida na reclamação constitucional ampla dilação probatória, concedendo às partes todos os poderes processuais necessários para provar os fatos alegados.
- E) O entendimento do STF é no sentido de ser cabível reclamação constitucional contra ato judicial que desobedecer decisão proferida em ação direta de inconstitucionalidade ou ação declaratória de constitucionalidade, em razão do caráter vinculante, salvo nos casos de decisão liminar, uma vez que baseada em cognição sumária e desprovida da autoridade da coisa julgada material.

QUESTÃO 66 – O Código de Processo Civil prevê a ação monitória nos artigos 1.102-A, 1.102-B e 1.102-C. Trata-se de procedimento especial concentrado, cujo objetivo é a formação célere de título executivo judicial, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo para acesso às vias da execução forçada. Sobre a ação monitória, assinale a alternativa correta.

- A) A ação de execução, cujo título não se revista do requisito da liquidez, poderá ser convertida em ação monitória, em qualquer momento processual, de ofício pelo juiz ou a requerimento das partes, em respeito aos princípios da instrumentalidade das formas e da economia processual.
- B) A ação monitória não é cabível contra a Fazenda Pública, uma vez que serviria para burlar o regime de precatório, bem como não se operam os efeitos materiais da revelia contra a Fazenda Pública.
- C) A Fazenda Pública nunca possuirá interesse de agir em ajuizar ação monitória contra particular, tendo em vista a prerrogativa de sempre constituir, unilateralmente, título executivo em seu favor, que servirá para lastrear ação de execução.
- D) Já que a ação monitória é procedimento especial, com nuances e características distintas do procedimento comum ordinário, não é permitido ao réu, em qualquer hipótese, deduzir pretensão contra o autor mediante reconvenção, por conta da incompatibilidade procedimental.
- E) Apesar da necessidade de nomeação de curador para o réu revel citado por edital, que possui a obrigação legal de apresentar contestação, ainda que genérica, é cabível a citação por edital na ação monitória, havendo compatibilidade procedimental.

QUESTÃO 67 – O sistema recursal brasileiro está intimamente ligado à forma de organização do Poder Judiciário em sua inteireza. Trata-se de um sistema hierarquizado, no qual há tribunais superiores a outros tribunais, que, a seu turno, se sobrepõem aos juízes de primeira instância. Tendo em conta o sistema recursal do direito processual civil, assinale a alternativa correta.

- A) O recurso adesivo deve obedecer a todos os requisitos de admissibilidade exigidos para o recurso principal, inclusive o preparo. Dessa forma, se o recorrente principal gozar dos benefícios da assistência judiciária gratuita e for dispensado do preparo, o recorrente adesivo também não precisará recolher as custas recursais.
- B) O reconhecimento pelo Tribunal, *ex officio*, de prescrição em prejuízo da parte recorrente ofende diretamente o princípio recursal da proibição da *reformatio in pejus*, sendo incompatível com o sistema recursal brasileiro.
- C) Desde que respeitado o prazo legal de 10 (dez) dias para interposição e demais requisitos de admissibilidade, sendo decisões interlocutórias prolatadas em uma mesma ação, é cabível a interposição de apenas um agravo de instrumento impugnando mais de uma decisão interlocutória.
- D) No sistema recursal do direito processual civil brasileiro, em atenção à regra da dialeticidade e à regularidade formal dos recursos, não existe nenhuma hipótese legal de apresentação de recurso na forma oral, havendo obrigatoriedade da forma escrita e através de petição autônoma.
- E) A tempestividade é requisito objetivo de admissibilidade e impõe que o recurso seja protocolizado dentro do respectivo prazo legal, contudo o prazo recursal contar-se-á em dobro para litisconsortes com procuradores distintos, ainda que apenas um deles haja sucumbido, por força do artigo 191 do Código de Processo Civil.

QUESTÃO 68 – A Vigilância Sanitária autuou a sociedade empresária ABC Ltda., impondo-lhe uma multa de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por ter cometido infrações sanitárias. Insatisfeita com a autuação e a multa que lhe foi imposta, a ABC Ltda. ajuizou demanda judicial com a finalidade de afastar a multa, por ter havido decadência administrativa. Processada a causa, sobreveio sentença de improcedência, seguindo-se a interposição de apelação pela ABC Ltda. Ao julgar a apelação, o Tribunal de Justiça deu-lhe provimento parcial para reduzir a multa para R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), por considerar que o valor originário seria desproporcional à gravidade da conduta. O relator manteve a multa de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), o revisor reduziu-a para R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), enquanto o vogal afastou totalmente a multa. Considerando esses detalhes, assinale a alternativa correta.

- A) É cabível a interposição de embargos infringentes pela ABC Ltda. para fazer prevalecer o voto vencido, pois houve reforma, por maioria de votos, de uma sentença de mérito.
- B) É cabível a interposição de embargos infringentes pela Vigilância Sanitária para restaurar a multa de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), pois houve reforma, por maioria de votos, de uma sentença de mérito.
- C) Se uma das partes interpuser embargos infringentes, é possível que a outra interponha recurso adesivo, já que houve sucumbência recíproca e a sentença de mérito foi reformada por maioria de votos.
- D) Não cabem embargos infringentes, pois houve dupla conformidade, com redução do valor da multa, podendo ambas as partes interpor recurso especial ou extraordinário, se houver prequestionamento, respectivamente, de matéria infraconstitucional ou constitucional, devendo, ainda quanto ao recurso extraordinário, haver repercussão geral da questão constitucional.
- E) O acórdão é passível de embargos de declaração, para que o tribunal esclareça qual o resultado, pois os votos não coincidem, não havendo dois votos no mesmo sentido, a impedir que se tenha um acórdão sobre o assunto.

QUESTÃO 69 – Em conhecido texto, José Carlos Barbosa Moreira admite a existência das chamadas “convenções processuais” ou, como prefere, “convenções celebradas pelas partes sobre matéria processual”. A respeito do assunto, é correto afirmar que:

- A) O processo pode ser suspenso por convenção das partes durante o tempo que lhes convier.
- B) Ressalvada a desistência da ação, os atos das partes, consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade, produzem imediatamente a constituição, a modificação ou a extinção de direitos processuais.
- C) A competência material e a competência territorial podem ser modificadas por vontade das partes.
- D) A renúncia ao direito de recorrer, quando manifestada depois da postulação do recurso, depende de concordância da parte contrária.
- E) A desistência do recurso, realizada após a apresentação de contrarrazões, depende da concordância do recorrido.

QUESTÃO 70 – Em relação ao domicílio, conforme legislação vigente, analise as seguintes assertivas:

- I. Ressalvada hipótese de abandono, o domicílio do chefe de família estende-se ao cônjuge e aos filhos não emancipados.
- II. Exercendo profissões em locais diversos, cada um destes pode constituir domicílio para as relações que lhes corresponderem.
- III. O servidor público, o militar e o preso têm domicílio necessário, sendo, respectivamente, o lugar onde exercem permanentemente suas funções, onde servem e onde cumprem a sentença.
- IV. Muda-se de domicílio pela alteração de localização do lugar, independente da intenção da pessoa.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e III.
- B) Apenas I e IV.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas II e IV.
- E) Apenas I, II e III.

QUESTÃO 71 – Assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Trata-se de universalidade de direito o complexo das relações jurídicas dotadas de valor econômico.
- B) Bens naturalmente divisíveis são aqueles passíveis de fracionamento, muito embora possam se tornar indivisíveis por vontade das partes.
- C) Salvo se o contrário resultar da lei, quando relacionados ao bem principal, os negócios jurídicos não abrangem as pertenças.
- D) Readquirem a qualidade de bens móveis os provenientes da demolição de algum prédio.
- E) São pertenças os bens que, constituindo partes integrantes, se destinam ao aformoseamento de outro.

QUESTÃO 72 – Assinale a alternativa correta.

- A) O dano exclusivamente moral, provocado por omissão voluntária, não permite a caracterização de um ilícito civil.
- B) Aos atos jurídicos lícitos, que não sejam negócios jurídicos, aplicam-se as disposições pertinentes aos defeitos do negócio jurídico.
- C) Para a caracterização do ato ilícito por abuso de direito previsto no Código Civil é necessária a aferição de culpa do autor do fato.
- D) Só é considerado ilícito o ato que, exercido em excesso manifesto aos limites impostos pelos bons costumes, necessariamente causar dano a alguém.
- E) Constitui ilicitude civil a conduta de destruir coisa alheia para remover perigo iminente.

QUESTÃO 73 – Em relação às modalidades das obrigações, analise as seguintes assertivas:

- I. Aquele que se recusar ao cumprimento de uma obrigação de fazer instituída em caráter personalíssimo, incorre na obrigação de indenizar perdas e danos.
- II. O credor pode exigir o desfazimento de obrigação realizada por devedor a cuja abstenção se obrigou.
- III. Em hipótese de urgência, o credor pode desfazer, independentemente de autorização judicial, a obrigação realizada por devedor a cuja abstenção se obrigou.
- IV. Na solidariedade passiva, a proposta de ação pelo credor contra qualquer um dos devedores importa em renúncia da solidariedade.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e III.
- B) Apenas I e IV.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas II e IV.
- E) Apenas I, II e III.

QUESTÃO 74 – Assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O devedor pode opor ao cessionário as exceções que tinha contra o cedente no momento em que conhece da cessão.
- B) Fala-se em ausência de eficácia em relação ao devedor quanto à cessão realizada sem a sua notificação.
- C) Quando estipulado, o cedente pode responder pela solvência do devedor.
- D) Havendo concordância do devedor originário, podem as garantias oferecidas por este ao negócio jurídico permanecerem válidas a partir da assunção da dívida.
- E) Não se interpreta como recusa o silêncio do credor quando assinado prazo para consentir na assunção da dívida.

QUESTÃO 75 – Em relação ao pagamento e ao inadimplemento das obrigações, analise as seguintes assertivas:

- I. Não havendo pena convencional e sendo provado que os juros de mora não cobrem o prejuízo, descabe a fixação de indenização suplementar.
- II. Observado o princípio da boa-fé, o pagamento reiterado feito em outro local permite presumir renúncia do credor em relação ao que tenha sido estabelecido no negócio jurídico.
- III. Mesmo em caso de prestação obrigacional divisível, não pode o credor ser obrigado a receber de forma parcelada se assim não restou ajustado entre as partes.
- IV. Em caso de inadimplemento de obrigações em contratos benéficos, respondem por simples culpa ambos os contratantes.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e IV.
- B) Apenas II e III.
- C) Apenas I, II e III.
- D) Apenas I, II e IV.
- E) Apenas II, III e IV.

QUESTÃO 76 – Em relação aos contratos, analise as seguintes assertivas:

- I. Nos contratos civis, podem as partes, de forma expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção.
- II. Em contratos de adesão, são consideradas inválidas as cláusulas que estipulem renúncia antecipada do aderente a direito resultante da própria natureza do negócio jurídico.
- III. Descabe, por disposição de última vontade, ao que estipula em favor de terceiro reservar-se o direito de substituição do terceiro designado no contrato.
- IV. Exceto quanto à forma, o contrato preliminar deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I e IV.
- C) Apenas I, II e III.
- D) Apenas I, II e IV.
- E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 77 – Em relação à posse analise as seguintes assertivas:

- I. O possuidor de má-fé responde, em qualquer caso, pela deterioração da coisa, salvo se acidental.
- II. A posse é transmitida ao legatário do possuidor com as mesmas características da posse originária.
- III. É de boa-fé a posse adquirida pelo possuidor que ignora o obstáculo que impede a aquisição da coisa.
- IV. A alegação de propriedade não impede a reintegração na posse.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e IV.
- B) Apenas II e III.
- C) Apenas I, II e III.
- D) Apenas I, II e IV.
- E) Apenas II, III e IV.

QUESTÃO 78 – Em relação à obrigação de indenizar, analise as seguintes assertivas:

- I. O incapaz pode responder, equitativamente, por prejuízos por ele causados.
- II. O pai pode ressarcir-se perante o filho, relativamente incapaz, pela indenização paga a terceiro por ato cometido pelo seu descendente.
- III. A obrigação de prestar reparação transmite-se com a herança.
- IV. A responsabilidade civil independe da criminal, podendo se questionar quanto à existência do fato mesmo quando esta questão se achar decidida no juízo criminal.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e III.
- B) Apenas II e III.
- C) Apenas I, II e III.
- D) Apenas I, II e IV.
- E) Apenas I, III e IV.

QUESTÃO 79 – Para se distinguir entre as diversas relações de trabalho, a relação de emprego deverá apresentar as seguintes características: pessoalidade, onerosidade, não eventualidade e subordinação. Quanto a essas características, analise as assertivas abaixo:

- I. A relação de emprego é sempre *intuitu personae*, tanto em relação ao empregado quanto ao empregador.
- II. Como corolário da pessoalidade, é possível afirmar que a relação de emprego encerra obrigação infungível, personalíssima e intransferível quanto ao empregado, não podendo ser efetuada, na mesma relação jurídica, por pessoa diferente daquela que a contraiu.
- III. A não eventualidade manifesta-se pela relação do serviço prestado pelo trabalhador e a atividade empreendida pelo tomador dos serviços. Em outras palavras, serviço não eventual é o serviço essencial para o empregador, pois, sem ele, este não conseguiria desenvolver o seu fim empresarial.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas I e III.
- E) Apenas II e III.

QUESTÃO 80 – O denominado pela doutrina efeito reflexivo, reflexo ou circundante do salário, traz como consequência o fato do pagamento de parcelas de natureza salarial não se esgotar exclusivamente no seu simples adimplemento, gerando efeito cascata em outras parcelas. Quanto a esse tema, e levando em consideração a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O cálculo do valor das horas extras habituais, para efeito de reflexos em verbas trabalhistas, observará o número das horas efetivamente prestadas e sobre ele aplica-se o valor do salário-hora da época do pagamento daquelas verbas.
- B) O valor das horas extras habitualmente prestadas integra o cálculo dos haveres trabalhistas, respeitada a limitação prevista no *caput* do art. 59 da CLT.
- C) O adicional noturno, pago com habitualidade, integra o salário do empregado para todos os efeitos.
- D) O adicional de periculosidade, pago em caráter permanente, integra o cálculo de indenização e de horas extras.
- E) Enquanto percebido, o adicional de insalubridade integra a remuneração para todos os efeitos legais.

QUESTÃO 81 – A aplicação, ao trabalhador, da penalidade da despedida com justa causa, requer a observância, por parte do empregador, de uma série de condutas. Assinale, dentre as opções abaixo, qual NÃO se enquadra dentro dos requisitos necessários à aplicação de uma dispensa com justa causa.

- A) Imediatidade, ou seja, o ato faltoso deve ser punido imediatamente, sem qualquer lapso temporal entre ele e a punição.
- B) Tipicidade, ou seja, a conduta do empregado deve se enquadrar entre as descritas pelo legislador como capazes de gerar a extinção do contrato por este motivo.
- C) Adequação entre a falta e a penalidade, ou seja, deve haver proporcionalidade entre a falta cometida e a punição lançada pelo empregador.
- D) Singularidade da punição, ou seja, é vedada a dupla punição pelo mesmo ato faltoso; para cada ato faltoso pode haver uma única punição.
- E) Progressividade na aplicação da pena, ou seja, quando o ato faltoso cometido pelo empregado não é tão severo a ponto de gerar justa causa imediata, as punições devem ser aplicadas gradativamente, ampliando a severidade das mesmas.

QUESTÃO 82 – Em relação à prescrição aplicável em matéria trabalhista, analise as assertivas abaixo:

- I. A ação cautelar de protesto que visa à interrupção da prescrição é medida aplicável no processo do trabalho.
- II. A suspensão do contrato de trabalho, em virtude da percepção do auxílio-doença ou da aposentadoria por invalidez, impede a fluência da prescrição quinquenal, pois o contrato de trabalho está suspenso.
- III. A ação movida por sindicato, na qualidade de substituto processual, interrompe a prescrição, ainda que tenha sido considerado parte ilegítima *ad causam*.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 83 – A sistemática recursal trabalhista sofreu alterações recentemente por meio da Lei nº 13.015/14. Pela atual sistemática legislativa, analise as alternativas abaixo quanto ao recurso de revista, e assinale a INCORRETA.

- A) O Tribunal Superior do Trabalho, no recurso de revista, examinará previamente se a causa oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.
- B) Ao constatar, de ofício ou mediante provocação de qualquer das partes ou do Ministério Público do Trabalho, a existência de decisões atuais e conflitantes no âmbito do mesmo Tribunal Regional do Trabalho sobre o tema objeto de recurso de revista, o Tribunal Superior do Trabalho determinará o retorno dos autos à Corte de origem, a fim de que proceda à uniformização da jurisprudência.
- C) A divergência apta a ensejar o recurso de revista deve ser atual, não se considerando como tal a ultrapassada por súmula do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal, ou superada por iterativa e notória jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.
- D) Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho e por violação direta da Constituição Federal.
- E) Quando houver multiplicidade de recursos de revista fundados em idêntica questão de direito, a questão poderá ser afetada à Seção Especializada em Dissídios Individuais ou ao Tribunal Pleno, por decisão da maioria simples de seus membros, mediante requerimento de um dos Ministros que compõem a Seção Especializada, considerando a relevância da matéria ou a existência de entendimentos divergentes entre os Ministros dessa Seção ou das Turmas do Tribunal.

QUESTÃO 84 – No que se refere à Justiça do Trabalho, quando o Estado está presente na relação processual, certas peculiaridades são aplicáveis. Quanto a esse tema, analise as assertivas abaixo:

- I. O rito sumaríssimo é aplicável a causas que envolvem pessoas jurídicas de direito público.
- II. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, suas autarquias e fundações públicas, quando representados em juízo, ativa e passivamente, por seus procuradores, estão dispensados da juntada de instrumento de mandato e de comprovação do ato de nomeação. Todavia, é essencial que o signatário ao menos se declare exercente do cargo de procurador, não bastando a indicação do número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.
- III. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias e fundações públicas federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica são isentas do pagamento de custas.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas I e III.
- E) Apenas II e III.

QUESTÃO 85 – Analise as seguintes assertivas sobre a seguridade social, em face da Constituição da República Federativa do Brasil:

- I. A assistência social deve ser prestada a quem dela necessite, independentemente de contribuição, e tem como um de seus objetivos a promoção da integração ao mercado do trabalho.
- II. O sistema especial de inclusão previdenciária para os trabalhadores de baixa renda ou sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda, terá alíquotas e carências inferiores às vigentes para os demais segurados do regime geral de previdência social.
- III. É livre a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas I e III.

QUESTÃO 86 – À luz da Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Incide contribuição, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos, sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelos regimes próprios de previdência dos servidores públicos que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.
- B) É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.
- C) Os requisitos de idade e de tempo de contribuição para obtenção de aposentadoria voluntária pelas regras permanentes (artigo 40, § 1º, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil) serão reduzidos em 5 (cinco) anos para o professor que comprove tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental, médio e superior.
- D) É assegurada, para efeito de aposentadoria, a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, mediante compensação financeira entre os diversos regimes de previdência social, segundo critérios fixados em lei.
- E) É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelos regimes próprios de previdência dos servidores públicos, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores portadores de deficiência, ou que exerçam atividades de risco ou cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

QUESTÃO 87 – João Paulo ingressou no serviço público em 16 de dezembro de 2009, provido no cargo efetivo de Procurador do Estado do Rio Grande do Sul. Considerando as atuais regras de aposentadoria da Constituição da República Federativa do Brasil, ele poderá requerer aposentadoria voluntária com proventos proporcionais ao tempo de contribuição quando preencher cumulativamente as seguintes condições:

- A) 60 (sessenta) anos de idade, 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- B) 65 (sessenta e cinco) anos de idade, 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- C) 60 (sessenta) anos de idade, 15 (quinze) anos de efetivo exercício no serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- D) 65 (sessenta e cinco) anos de idade, 15 (quinze) anos de efetivo exercício no serviço público e 10 (dez) anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- E) 60 (sessenta) anos de idade, 15 (quinze) anos de efetivo exercício no serviço público e 10 (dez) anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

QUESTÃO 88 – Analise, à luz do ordenamento constitucional brasileiro, as seguintes assertivas:

- I. O servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 70/12 e que tenha se aposentado ou venha a se aposentar por invalidez permanente, com fundamento no inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal de 1988, tem direito a proventos de aposentadoria calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, mas não faz jus à paridade de seu benefício com a remuneração dos servidores em atividade.
- II. A integralidade, garantia constitucional que assegura ao servidor inativo a revisão de seus proventos na mesma data e na mesma proporção em que houver modificação da remuneração dos servidores em atividade e também a extensão de quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, beneficia todos os servidores inativados após a vigência da Emenda Constitucional nº 41/03.
- III. Lei disporá sobre a concessão do benefício de pensão por morte, no âmbito dos regimes próprios de previdência, que será igual ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescentado de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado o servidor na data do óbito.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas I e III.

QUESTÃO 89 – Analise as seguintes assertivas, à luz da legislação estadual previdenciária:

- I. Aplica-se o Regime Financeiro de Capitalização aos servidores públicos civis, titulares de cargos efetivos, aos magistrados, aos membros do Ministério Público, aos membros da Defensoria Pública e aos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul que ingressarem no serviço público a partir da entrada em vigor da Lei Complementar Estadual nº 13.758/11 e aos servidores que tiverem ocupado cargo no serviço público, com interrupção após a entrada em vigor da mesma Lei Complementar.
- II. O Fundo Previdenciário - FUNDOPREV será gerido pelo Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul - IPERGS, Gestor Único do Regime Próprio de Previdência Social do Estado, com segregação contábil e fiscal dos demais recursos e fundos da Autarquia.
- III. A contribuição mensal do Estado do Rio Grande do Sul para o FUNDOPREV será de 26,50% (vinte e seis inteiros e cinquenta centésimos por cento), correspondente ao dobro daquela descontada do servidor.

Quais estão corretas:

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas I e III.

QUESTÃO 90 – Analise as seguintes assertivas, à luz da legislação estadual previdenciária:

- I. O Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Sul tem como gestor único o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, ao qual incumbe o efetivo controle, dentre outros, da concessão, do pagamento e da manutenção dos benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão, mesmo quando objeto de descentralização previamente autorizada.
- II. O Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Sul é organizado e financiado mediante dois sistemas, sendo um de repartição simples e outro de capitalização, aplicando-se este último aos servidores ocupantes de cargos em comissão e de emprego público.
- III. Os benefícios de auxílio-doença e salário-maternidade devidos aos servidores militares ativos abrangidos pelo regime financeiro da capitalização serão processados diretamente pelo Estado e custeados mediante ressarcimento, pelo FUNDOPREV/MILITAR.

Quais estão corretas:

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas I e III.

QUESTÃO 91 – Sobre o regime das empresas na Constituição Federal de 1988, analise as assertivas a seguir:

- I. As empresas de mineração têm de ser constituídas de acordo com as leis do País, com sede e administração neste.
- II. Não se admite o controle de empresas jornalísticas por estrangeiros, embora possam estes participar do respectivo capital.
- III. Não se admite o capital estrangeiro na exploração de hospitais.

Após a análise, pode-se dizer que:

- A) Está correta apenas a assertiva II.
- B) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- C) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- D) Todas as assertivas estão corretas.
- E) Todas as assertivas estão incorretas.

QUESTÃO 92 – Analise as assertivas a seguir:

- I. A correção monetária não remunera o capital, mas apenas procura manter a substância da dívida.
- II. Todos os grupos societários se constituem a partir de convenção específica, devidamente registrada no órgão competente.
- III. Cabe a capitalização de juros em contratos de financiamento rural.

Após a análise, pode-se dizer que:

- A) Está correta apenas a assertiva I
- B) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- C) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- D) Todas as assertivas estão corretas
- E) Todas as assertivas estão incorretas.

QUESTÃO 93 – Sobre o regime jurídico brasileiro do dinheiro, é correto afirmar que:

- A) No Brasil vigora o regime do curso forçado, não se admitindo, em princípio, o uso de moeda estrangeira nas contratações.
- B) É possível que a variação do salário mínimo seja considerada para o efeito de atualização de dívidas de qualquer natureza, sejam contratuais ou extracontratuais.
- C) Não cabe falar em correção monetária quando não haja previsão legal expressa autorizando sua utilização.
- D) Os salários são assegurados contra a respectiva perda do poder aquisitivo pela cláusula constitucional referente à irredutibilidade salarial.
- E) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

QUESTÃO 94 – Quanto à recuperação de empresas, analise as assertivas a seguir:

- I. Tem as mesmas características da concordata.
- II. Ao ser concedida, toma-se em consideração o papel desempenhado pela empresa em relação aos seus clientes e trabalhadores.
- III. É incompatível com a cláusula constitucional da livre concorrência.

Após a análise, pode-se dizer que:

- A) Está correta apenas a assertiva I.
- B) Está correta apenas a assertiva II.
- C) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- D) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- E) Todas as assertivas estão incorretas.

QUESTÃO 95 – Sobre os contratos mercantis é correto afirmar que:

- A) No contrato de franquia, o franquiado age como mandatário do franquiador.
- B) Não existem contratos de adesão que se enquadrem no conceito de contratos mercantis.
- C) O *factoring* é uma modalidade especial de cessão de crédito.
- D) O *leasing* se caracteriza como simples locação de bens móveis qualificada pelos fins mercantis.
- E) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

QUESTÃO 96 – Assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Segundo previsão legal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a realização de propaganda de natureza eleitoral, exaltando a gestão de prefeito municipal candidato à reeleição e depreciando administrações anteriores em período próximo ao pleito, com custeio de despesas pelo município, configura o delito previsto no art. 1º, inciso II, do Decreto-Lei nº 201/67.
- B) É entendimento do Supremo Tribunal Federal que, quando cometer delito de peculato, governador de estado não pode incidir na causa de aumento de pena prevista no art. 327, § 2º, do Código Penal, dada a natureza de seu cargo, pois a situação caracterizaria *bis in idem*.
- C) A legislação penal vigente pune diversamente a conduta de prefeito que se apropriar de bens ou rendas públicas daquela que, dolosamente, desviar ou aplicar indevidamente rendas ou verbas públicas.
- D) É pacificado na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça que o bem jurídico protegido pelo Direito Penal nos crimes previstos no Decreto-Lei nº 201/67 não é só o patrimônio público, mas também a probidade administrativa, razão pela qual não se pode invocar o Princípio da Insignificância no caso de desvio de bens públicos em proveito próprio ou alheio, levado a cabo pelo próprio Prefeito Municipal, que, no exercício de suas atividades funcionais, deve obediência aos mandamentos legais, inclusive ao princípio da moralidade pública, essencial à legitimidade de seus atos.
- E) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica no sentido de que deixar de cumprir ordem judicial, sem dar o motivo da recusa ou da impossibilidade, por escrito, à autoridade competente (art. 1º, inciso XIV, segunda parte, do Decreto-Lei nº 201/67), aperfeiçoa-se apenas quando a conduta assumir a forma dolosa, traduzida na vontade de não cumprir a ordem judicial e, embora não existam referências quanto ao elemento subjetivo explícito, é imprescindível que se identifique no comportamento omissivo o propósito de desobedecer e de frustrar a administração da justiça.

QUESTÃO 97 – Sobre prescrição, assinale a alternativa correta.

- A) O acórdão constitui marco interruptivo da prescrição unicamente quando reformar a sentença absolutória para condenar o réu.
- B) Para todos os crimes cuja pena seja inferior a 1 (um) ano, independentemente de quando praticados, a prescrição em abstrato é em 3 (três) anos.
- C) A redução do prazo prescricional prevista no art. 115 do Código Penal é aplicável apenas quando o réu atingir 70 (setenta) anos até a sentença de primeiro grau.
- D) É pacífico na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que o indeferimento, na origem, do recurso extraordinário, porque inadmissível, e a ulterior manutenção da decisão de inadmissão pelo STF, não têm o condão de empecer a formação da coisa julgada, que se materializa na data da inadmissão do recurso na origem, aí se considerando o marco para fins de cálculo da prescrição pela pena em concreto.
- E) A extinção da punibilidade penal, em razão da prescrição da pretensão punitiva, impede o eventual reconhecimento da prática de ato de improbidade, como se extrai da norma do artigo 12 da Lei nº 8.429/92.

QUESTÃO 98 – Analise as seguintes assertivas:

- I. À luz do Código Penal, não se revela possível a condenação de particular pelo delito de peculato (art. 312, CP).
- II. Diversamente da corrupção passiva, o delito de concussão não se tipifica quando o agente público exigir, para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- III. A indicação do ato de ofício não integra o tipo legal da corrupção passiva, bastando que o agente público que recebe a vantagem indevida tenha o poder de praticar atos de ofício para que se possa consumir o delito previsto no art. 317, CP. Mas, se restar provada a prática do ato de ofício em consequência da vantagem ou da promessa, a pena será aumentada de um terço.
- IV. Aplicam-se as penas do delito de peculato se o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, concorre para que seja subtraído, ou comete uma fraude para tanto, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.

Após a análise, pode-se dizer que:

- A) Está correta apenas a assertiva III.
- B) Está correta apenas a assertiva IV.
- C) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- D) Estão incorretas apenas as assertivas II e IV.
- E) Nenhuma das respostas anteriores.

QUESTÃO 99 – Analise as assertivas abaixo:

- I. Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, sendo irrelevante para esse fim onde se produziu ou deveria ser produzido o resultado.
- II. A superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou.
- III. Nos crimes previstos no Código Penal que tenham sido cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o oferecimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena poderá ser reduzida de um a dois terços, presente a hipótese do arrependimento posterior.
- IV. O erro sobre o elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo e também não permite a punição por crime culposo, mesmo que previsto em lei.

Após a análise, pode-se dizer que:

- A) Está correta apenas a assertiva II.
- B) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- C) Está incorreta apenas a assertiva IV.
- D) Estão incorretas apenas as assertivas I e III.
- E) Todas as assertivas estão incorretas.

QUESTÃO 100 – Analise as seguintes assertivas:

- I. É entendimento consubstanciado na Súmula Vinculante nº 24 que não se tipifica o delito tributário previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/90, enquanto não exaurida a esfera administrativa, sendo que a prescrição da pretensão punitiva é contada da ação ou da omissão de supressão ou redução dos tributos, nos exatos termos do que previsto no art. 4º, CP (Teoria da Atividade).
- II. A homologação da transação penal prevista no artigo 76 da Lei nº 9.099/95 faz coisa julgada material e, descumpridas suas cláusulas, não pode ser retomada a situação anterior, inviabilizando-se a continuidade da persecução penal mediante oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial.
- III. Ordenar ou autorizar a inscrição em restos a pagar de despesa que não tenha sido previamente empenhada ou que exceda limite estabelecido em lei é crime contra as finanças públicas.
- IV. Falsificar, mediante fabrico ou alteração, selo destinado a controle tributário é crime de falsificação de papel público (art. 293, CP), e não falsificação de documento público (art. 297, CP).

Após a análise, pode-se dizer que:

- A) Está correta apenas a assertiva III.
- B) Está incorreta apenas a assertiva I.
- C) Estão incorretas apenas as assertivas I e II.
- D) Estão incorretas apenas as assertivas I, II e III.
- E) Todas as assertivas estão incorretas.